

Cuiabá-MT, 03, 04, 05 e 06 de agosto de 2013

Fonte: www.rdnews.com.br

DENÚNCIA | 04/08/2013 - 12:34

Governo não repassa a porcentagem mínima à Saúde, denuncia Conselho

Victor Cabral



Relator CES, Orlando Francisco

A porcentagem mínima de 12% que o Estado deve aplicar na saúde não está sendo cumprida. As demandas de liminares para atendimento de pacientes determinadas pela Justiça nos últimos anos e a contratação de procedimentos realizados por OSS com valores maiores do que a tabela do Sistema Único de Saúde (SUS), foram custos que comprometeram o orçamento da saúde de Mato Grosso em 2013. As informações são da Comissão de Planejamento e Orçamento do Conselho Estadual de Saúde de Mato Grosso (CES).

Por conta desses pontos, a CES requisitou reunião, em caráter de urgência, com o secretário estadual Saúde, Mauri Rodrigues (PP), e o coordenador de despesas da pasta, Marcos Rogério, para terça (6). Os gestores serão questionados sobre a aplicação dos recursos devidos da área, que vem sendo penalizada em várias frentes de atendimento à população sob a

alegação de falta de verba.

Em reuniões realizadas em junho com equipes técnicas das secretarias estaduais de Fazenda (Sefaz), do Planejamento (Seplan) e da Administração (SAD), os conselheiros apuraram que irregularidades e falta de gestão dos últimos anos têm prejudicado os serviços de assistência prestado atualmente pelo SUS.

Segundo os conselheiros, os problemas de falta de repasses às organizações sociais, queda nas verbas destinadas aos municípios e situações de inoperância de serviços sentidas pela população, são reflexo das irregularidades. Entre as inconformidades, de acordo com a assessoria, está o aumento das despesas na área da saúde em contraponto à baixa receita da pasta.

O relator da Comissão de Orçamento e Planejamento da CES, Orlando Francisco, diz que é necessária a transparência da secretaria de Saúde sobre as contas sob risco do órgão colegiado

e deliberativo não aprovar a prestação deste ano, como ocorreu em anos anteriores. “O objetivo é que o coordenador de despesa, que responde financeira e administrativamente pelas contas, e o secretário, detalhem os valores que constam de restos a pagar de 2011 e 2012 na conta de 2013”, diz Orlando.

Segundo o conselheiro, os valores desembolsados para o cumprimento das liminares, por exemplo, não podem incidir sobre os 12%. Além disso, Orlando explica que os valores mínimos não restringem os investimentos, dando oportunidade para o governo ampliar os recursos, se necessário. O cenário atual, ainda conforme Orlando, é de falta de gestão, o que coloca em risco vidas de usuários. “O Estado alega que o dinheiro não é suficiente, mas ele tem que apresentar as deficiências para que seja ampliado. Enquanto isso a comissão não irá recomendar ao pleno do CES a aprovação das contas”.

O corte este ano na conta da saúde foi de R\$ 7 milhões, o que prejudicou principalmente os repasses para os municípios do interior. Este valor foi cancelado em 2012 e não tem destinação comprovada. Os conselheiros pontuam que esta verba também precisa ser detalhada pelos gestores, pois o corte comprometeu cerca de 20% dos atendimentos da saúde. (*Com assessoria*)



Outro lado

De acordo com o secretário-adjunto de Saúde, Edmilson Oliveira Lima, os dados são transparentes e no dia da reunião será apresentada as despesas e receitas para o Conselho Estadual de Saúde. Ele ainda garante que o Estado cumpre a lei ao prestar contas à Assembleia a cada quatro meses.

Segundo a secretaria, a aplicação constitucional de 12% à saúde são aplicados e que em 2012 a porcentagem foi maior que a mínima estipulada. Quanto às liminares, para cumprimento de determinação judicial e que com isso paga-se valores mais caros que a tabela SUS, a pasta diz que obedece lei de licitações e faz cotações mínimas exigidas antes de fechar procedimento.

Fonte: www.odocumento.com.br

Cidades

Hospitais comprados pelo Governo de MT viram "elefantes brancos"

04/08/2013 - 21h50

Da Redação

A- A+

Oito anos após adquirir os prédios dos Hospitais Modelo e São Thomé, a Secretaria de Estado de Saúde (SES) ainda não conseguiu dar uma funcionalidade total às unidades. Em 2005, as estruturas foram adquiridas por R\$ 3,8 milhões e, desde então, são usadas apenas parcialmente, embora existam vários anúncios de reformas e ocupações dos espaços.

Além de adquirir e não usar adequadamente as unidades, o Estado pagou de aluguel R\$ 145,8 mil mensalmente aos proprietários do Hospital das Clínicas, onde funcionaria um centro especializado de transplantes, que nunca saiu do papel. O contrato foi firmado em novembro de 2011 e suspenso em março passado. Porém, a SES garante que pagou somente 6 meses de aluguel.

O montante representa R\$ 874,8 mil aos cofres públicos. Na avaliação da presidente do Sindicato dos Médicos de Mato Grosso (Sindimed), Elza Queiróz, o fechamento dessas unidades, que eram particulares, pode estar ligado à redução de leitos no Estado, a exemplo do que ocorreu em todo o país e foi divulgado pelo Conselho Federal de Medicina (CFM). Pesquisa da organização aponta que em 7 anos houve uma redução de 42 mil leitos de hospitais no Brasil.

Em Mato Grosso, a perda foi de 9,9% e em 2012 o Estado contava com 5.356 leitos, conforme o levantamento do CFM. A superlotação das unidades que continuam funcionando é um dos reflexos da situação, aponta Elza. Porém, a reativação dos hospitais adquiridos pelo Estado não seria a medida mais adequada para solucionar os problemas da saúde pública na opinião dela. “O ideal seria a construção de um grande hospital, como era a proposta do Hospital Central de Cuiabá (que teve as obras abandonadas na década de 80). Para otimizar os serviços e a população ter um serviço mais adequado é importante ter um local com mais de 250 leitos, com várias UTIs. Seria bem mais vantajoso que ter vários hospitais pequenos”.

Zuleide Pulcherio, da Comissão Ambulatorial e Hospitalar do Conselho Municipal de Saúde, complementa que as estruturas dos hospitais adquiridos pelo Estado estão sucateadas diante do abandono ao longo dos anos, o que inviabilizaria a reativação para abrigar leitos. “O que sobrou desses prédios precisa de uma grande reforma para abrigar serviços que não sejam hospitalares, pois não têm mais condições para essa finalidade”.

FONTE: WWW.MIDIANEWS.COM.BR

POLÍTICA / MAIS MÉDICOS E MENOS SAÚDE

06.08.2013 | 09h00 - Atualizado em 06.08.2013 | 07h24

Tamanho do texto A- A+

Inscritos recusaram todas as 700 cidades sem médicos, diz Ideli

Segundo ela, cenário revela necessidade de médicos estrangeiros.

Reprodução
DO G1

A ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, afirmou nesta segunda-feira (5) que nenhum dos candidatos ao programa Mais Médicos, do governo federal, optou por trabalhar em algum dos cerca de 700 municípios que não possuem qualquer médico na rede pública de saúde.

|

Após reunião com a presidente Dilma Rousseff e parlamentares da base aliada, Ideli antecipou dados que serão divulgados nesta terça (6) pelo Ministério da Saúde.

“Talvez a prova mais inequívoca de que este é um programa absolutamente necessário é que, dos locais escolhidos pelos médicos brasileiros, não houve nenhuma escolha dos 700 municípios onde não temos nenhum médico”, disse.

Terminou às 16h do último sábado o prazo para que os 1.753 profissionais selecionados pelo Ministério da Saúde para o primeiro ciclo de inscrições do programa Mais Médicos confirmassem se aceitam ir para o município a que foram designados pelo governo federal para trabalhar durante os três anos de

contrato.

Os que confirmaram serão enviados a municípios do interior do país e de periferias de grandes centros urbanos, com salários de R\$ 10 mil. O resultado da inscrição será anunciado nesta terça pelo ministro da Saúde, Alexandre Padilha.

Segundo Ideli Salvatti, a primeira seleção para o programa revela a necessidade de o governo brasileiro contratar médicos estrangeiros para atuar em áreas remotas.

“Exatamente os 700 municípios onde não temos nenhum médico, eles não foram escolhidos pelos médicos e agora nós vamos ter a abertura da inscrição para os médicos estrangeiros para poder fazer daí todo o procedimento”, disse.

Até o dia 8, o ministério irá selecionar os médicos do exterior que se inscreveram para o Mais Médicos, que ocuparão vagas dispensadas por brasileiros. A relação dos estrangeiros que serão contratados será publicada em 13 de agosto.

De acordo com a ministra da Secretaria de Relações Institucionais, o governo abrirá novas inscrições para viabilizar outras contratações.

“Vamos ter novas inscrições, novos médicos e novos municípios vão poder se inscrever agora. Acabou quase que confirmando aquilo que a gente já tinha a plena consciência, né? De que nós não temos médicos em número suficiente com a disposição necessária para estar atuando em todos os locais”, afirmou a ministra.

Os médicos selecionados, tanto brasileiros quanto estrangeiros, devem começar a trabalhar no Mais Médicos no início de setembro. Todos os

estrangeiros serão avaliados e supervisionados por universidades federais, de acordo com o Ministério da Saúde.

Fonte: Conselho Nacional de Saúde

Brasília, 6 de agosto de 2013

Ato pela manutenção do veto do ato médico marca o primeiro dia da 248ª RO

A 248ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Saúde teve início, dia 6, com a participação no ato pela manutenção do veto presidencial do Ato Médico. Os conselheiros nacionais de saúde estavam presentes junto com diversas entidades ligadas a saúde como o CFP, CRP/DF, CREFITO, FENTAS, FNE e estudantes, gestores e demais cidadãos que apoiam a manutenção do veto.

Para o optometrista Luiz Gustavo Carneiro, que veio de João Pessoa para participar do ato, a luta é “simplesmente para poder trabalhar”. Segundo ele, a lei do Ato Médico impede que profissionais como ele trabalhem, uma vez que “os optometristas fazem uma avaliação completa do olho. Se houver alterações patológicas encaminhamos para um médico, se precisar usar lentes ou óculos, a gente prescreve”, explicou.

O conselheiro nacional, Renato Almeida, ressaltou que os profissionais de saúde devem ficar atentos e organizados pressionando a manutenção do veto, pois há 87 médicos na base parlamentar do Congresso Nacional que são contra o veto. O ato mobilizou cerca de 500 pessoas que se concentraram em frente ao Museu da República, em Brasília, na manhã dia 6 de agosto. Em seguida, o grupo seguiu em passeata ao Congresso Nacional.

A 248ª RO discute, agora, a composição das comissões que compõem o Conselho Nacional de Saúde. No dia 7, o pleno analisa o Programa Mais Médicos e apresenta proposições ao ministérios da Saúde e outros órgãos.

Fonte: Conselho Nacional de Saúde

Brasília, 6 de agosto de 2013

Mais de 1.800 milhão assinaturas são entregues ao presidente da Câmara dos Deputados

O *Movimento Nacional em Defesa da Saúde Pública- Saúde+10* entregou ontem, dia 5 de agosto, 1.896.592 assinaturas, mais que o necessário para dar entrada com o projeto de Lei de iniciativa popular, ao presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Alves.

O Projeto de Lei visa garantir o repasse integral e efetivo de 10% da receita corrente bruta da União ao Sistema Único de Saúde. O Ato Público encheu o auditório Nereu Ramos da Câmara e contou com a participação de parlamentares, conselheiros estaduais, municipais e nacionais de saúde, estudantes, profissionais da saúde, gestores e cidadãos que apoiam o Movimento.

Compondo a Mesa do ato estavam Socorro Sousa, presidenta do Conselho Nacional de Saúde (CNS), órgão centralizador do Movimento, Ronald Ferreira, Organizador do Movimento Saúde+10, Marcos Vinícius Furtado, presidente da OAB, dom Leonardo Steiner, secretário geral da CNBB, Wilson Alecrim, presidente do CONASS, Antônio Nardi, presidente do CONASEMS, e o presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Alves.

Marcos Vinícius pediu, em nome do movimento e de todas as entidades envolvidas, que o projeto de lei fosse votado em regime de urgência. Já dom Leonardo, ressaltou a “necessidade de mais recursos para que todos os brasileiros tenham direito à saúde” e falou diretamente aos parlamentares para que eles lembrem que as caixas não representam meras assinaturas e sim milhares de brasileiros e brasileiras. “Pedimos ao senhor que ouça o nosso povo”, dirigiu-se ao presidente da Câmara.

Henrique Alves se comprometeu a se reunir com parlamentares para discutir a pauta e afirmou, “esse projeto não vai ficar engavetado nessa Casa”. O Projeto de Lei de iniciativa tem por objetivo alterar dispositivos da Lei Complementar 141 de 2012 no que diz respeito principalmente à determinação

do montante mínimo de recursos a ser aplicado pela União em ações e serviços públicos de saúde.

Fonte: www.gazetadigital.com.br Política Sábado, 03 de agosto de 2013, 00h00

RESPOSTAS DA SAÚDE

Azambuja condena portaria

[Marcos Lemos](#) / Da Redação

O presidente da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa, deputado Antônio Azambuja (PP) disse que aguarda apenas o retorno das atividades parlamentares semana que vem para retomar a fiscalização "in loco" da questão da Farmácia de Alto Custo e a intervenção determinada pelo governador Silval Barbosa (PMDB) após constatação de um prejuízo da ordem de R\$ 2,8 milhões em medicamentos e materiais vencidos por perda de prazo de validade...

Fonte: www.gazetadigital.com.br Cidades Sábado, 03 de agosto de 2013, 00h00

FEDERAL

6 municípios vão receber médicos

[Gláucio Nogueira](#) / Da Redação

Apenas 6 dos 81 municípios de Mato Grosso inscritos no programa federal "Mais Médicos" receberão profissionais após o 1º mês de seleção. É o que aponta a relação divulgada pelo Ministério da Saúde. Ao todo, 13 profissionais trabalharão nos municípios de Cuiabá, Várzea Grande, Santo Antônio do Leverger, Comodoro, Porto Esperidião, Porto Estrela, Canarana. Outros 14 médicos foram selecionados para atuarem em 5 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs)...

Fonte: www.gazetadigital.com.br Nacional Sábado, 03 de agosto de 2013, 00h00

DADOS DO IBGE

Mortalidade infantil cai 75,8

[Cristina Índio do Brasil](#) / Rio de Janeiro-ABr

A mortalidade infantil no Brasil caiu de 69,1 por mil nascidos vivos, em 1980, para 16,7 por mil, em 2010, o que representa queda de 75,8%. O resultado está na pesquisa Tábuas de Mortalidade 2010 Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na avaliação do Instituto, a redução na taxa de mortalidade infantil é resultado concreto de ações governamentais e não governamentais no campo da saúde e reflete as condições de vida da população...

Fonte: www.gazetadigital.com.br Cidades Sábado, 03 de agosto de 2013, 00h00

MORTALIDADE INFANTIL

Maior índice da região é de MT

[Gláucio Nogueira](#) / Da Redação

Embora tenha caído mais de 60% em 30 anos, a mortalidade de crianças com menos de 1 ano de vida em Mato Grosso ainda é a maior do Centro-Oeste. Caindo proporcionalmente menos do que no restante do país, onde a redução verificada chegou a 75%, foram registrados em 2010 19,5 óbitos para cada 1 mil nascidos vivos. Se for levada em consideração a faixa etária de 0 a 5 anos, o número de óbitos sobe para 23,2 para cada 1 mil crianças, conforme levantamento divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)...

Fonte: www.gazetadigital.com.br Nacional Sábado, 03 de agosto de 2013, 00h00

ALEITAMENTO

Faltam bancos de leite no país

[Brasília](#) / ABr

Na Semana Mundial de Aleitamento Materno, o chefe de um dos principais bancos de leite do país, o Instituto Fernandes Figueira do Rio de Janeiro, Franz Reis Novak, disse que há no Brasil 211 serviços do tipo em funcionamento para atender 1,5 milhão mulheres com problemas relacionados ao aleitamento materno. Segundo ele, o número é muito pequeno...

Fonte: www.gazetadigital.com.br Cidades Domingo, 04 de agosto de 2013, 00h00

Só 1 andar é ocupado no Modelo

[Da Redação](#)

Com 3 andares, somente o térreo do antigo Hospital Modelo é ocupado desde que foi adquirido pelo governo em 2005. O prédio abriga o Complexo Regulador Estadual e o primeiro andar passa por reformas para receber a administração e regulação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), atualmente instalada em parte da estrutura do Hospital São Thomé....

Leia mais na edição impressa de A Gazeta, disponível neste Portal.

Fonte: www.gazetadigital.com.br Cidades Domingo, 04 de agosto de 2013, 00h00

São Thomé tem pior situação

[Da Redação](#)

O maior abandono e falta de aproveitamento é identificado no Hospital São Thomé, onde o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) ocupa uma parte da área de 3,5 mil metros quadrados. Um dos prédios é ocupado precariamente pela Comissão Permanente Processante da SES. O local, ao lado do estacionamento, tem características de imóvel abandonado, com passagem improvisada por tapume até a porta e paredes que denunciam problemas de infiltração...

Fonte: www.gazetadigital.com.br Cidades Terça, 06 de agosto de 2013, 00h00

UTI PEDIÁTRICA DO PS

Obra não sai do papel

[Thalyta Amaral](#) / Da Redação

De acordo com a Vara da Infância e Juventude de Cuiabá, há em média 2 pedidos de vagas em Unidades de Terapia Intensiva (UTI) por dia, porém as 62 vagas existentes na Capital estão sempre ocupadas. O problema poderia ser amenizado com a UTI pediátrica do Pronto-Socorro de Cuiabá, mas, mesmo com a ação do Ministério Público do Estado para que a ala seja reaberta, as obras podem demorar mais de 60 dias para sair do papel...

Fonte: www.gazetadigital.com.br Cidades Terça, 06 de agosto de 2013, 00h00

Hospital infantil fica na discussão

[Da Redação](#)

Crianças e adolescentes que precisam de tratamento contínuo também possuem dificuldade em conseguir vagas e a espera por uma consulta pode demorar até 6 meses na Capital. Sem um hospital infantil que atenda a demanda, os vários hospitais que têm entre seus atendimentos a pediatria não são suficientes para que o tratamento recebido seja de qualidade...

Leia mais na edição impressa de A Gazeta, disponível neste Portal.

Fonte: www.gazetadigital.com.br Cidades Terça, 06 de agosto de 2013, 00h00

Investigações apontam que autor de incêndio é menor

[Lisânia Ghisi](#) / Da Redação

A Polícia Civil suspeita que o autor da incineração de um ônibus coletivo, na região do bairro CPA na última semana, seja um adolescente. A informação foi repassada pelo delegado Romildo Souza Grota Junior, responsável pelas investigações e que também já iniciou os depoimentos. Até o momento, o motorista do veículo e um funcionário da empresa foram ouvidos. O retrato-falado do suspeito também deve ser divulgado nos próximos dias. O profissional afirmou que não descarta que o caso tenha sido realizado isoladamente ou a mando de facções criminosas...

Fonte: www.gazetadigital.com.br Política Terça, 06 de agosto de 2013, 00h00

PROCESSO NO TCE/MT

Defesa de Henry contesta decisão

[Marcos Lemos](#) / Da Redação

O advogado Maurício Magalhães, que patrocina a defesa dos ex-gestores da Secretaria de Estado de Saúde Pedro Henry, deputado federal pelo PP, e o médico Vander Fernandes, que tiveram as contas do exercício de 2011 rejeitadas por unanimidade, protocolou ontem no Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE/MT) uma exceção de suspeição contra o conselheiro substituto Luiz Henrique Lima, que supostamente estaria negando o direito à ampla defesa e ao contraditório...

Fonte: www.gazetadigital.com.br Nacional Terça, 06 de agosto de 2013, 00h00

AIDS

Vacina sera testada em macacos

[Fernanda Bassette](#) / São Paulo-AE

Pesquisadores brasileiros do Laboratório de Imunologia do Instituto do Coração (Incor/HC-USP) vão começar a testar em macacos uma vacina contra o HIV totalmente desenvolvida no país. O teste piloto será realizado inicialmente em quatro macacos por meio de uma parceria com o Instituto Butantã...

Fonte: www.diariodecuiaba.com.br

Terça feira, 06 de agosto de 2013

Edição nº 14665 03/08/2013

ORDENAÇÃO DE DESPESAS

Anterior | [Índice](#) | [Próxima](#)

Mauri transfere atribuição para adjunto

Mudança é realizada uma semana após secretário admitir que não tem controle sobre quanto o governo gasta com serviços das OSSs

KAMILA ARRUDA

Da Reportagem

Uma semana após declarar não ter controle sobre os gastos com as organizações sociais de saúde (OSS), o secretário estadual de Saúde, Mauri Rodrigues (PP), transferiu as atribuições de ordenação de despesas para seu adjunto, Marcos Rogério Lima Pinto e Silva.

A mudança foi publicada por meio de portaria no Diário Oficial que circulou nesta sexta-feira (2), com efeitos retroativos a partir de 19 de junho. A medida é válida até 31 de dezembro.

Por meio da assessoria, a secretaria afirma se tratar de um procedimento natural utilizado também por outros gestores do primeiro escalão. A medida visaria “organizar e otimizar os serviços” e já teria sido aplicada pela grande maioria dos gestores que passaram pela Pasta.



O curioso é que a portaria foi publicada pouco depois de Mauri mostrar total desconhecimento dos gastos da secretaria no que se refere ao pagamento das OSS.

“Temos um controle do que se paga, mas não temos, contabilmente, separado por unidade. Nós estamos na procura deste custo para dar essa resposta, até porque o governador, a sociedade e todos nós queremos saber”, afirmou o secretário em entrevista coletiva na última semana.

O governador Silval Barbosa (PMDB) afirmou ter “estranhado” as declarações do secretário. Conforme o peemedebista, todos os dados referentes ao tema foram apresentados detalhadamente ao progressista assim que ele assumiu a Pasta.

Para o chefe do Executivo, não há qualquer dificuldade em entender o funcionamento sistema. “A OSS é uma prestação de serviço. Não vejo segredo. É estranho ele falar isso, coloquei tudo à disposição do Mauri”, comentou.

A declaração de Mauri teria deixado Silval irritado a ponto de, segundo comentários de bastidores, ser estudada a substituição do progressista.

O governador, no entanto, ao menos por enquanto, resiste em tocar neste assunto. Limitou-se a garantir que colocou o gestor em contato com auditores que acompanham o desempenho das instituições.

Esta, contudo, não é a primeira vez que o progressista perde espaço dentro da Pasta. Em maio, Silval publicou no Diário Oficial uma portaria que transferia poderes do titular aos assessores especiais Rony de Abreu Munhoz e Ednilson de Lima Oliveira.

Conforme a publicação, eles ficaram responsáveis por “encaminhar, solicitar, orientar, sanear, despachar, direcionar, esclarecer, atender ou distribuir fato/ato inerente ao procedimento administrativo que menciona”.

Na época, a Pasta alegou que o objetivo era agilizar os procedimentos administrativos que requeiram participação do gabinete do secretário estadual de Saúde.

A normatização estabeleceu ainda que as funções dos assessores sejam restritas e não englobem atos que não tenham a finalidade de revisar, conceder, constituir, decidir ou restringir direitos.

Fonte: www.diariodecuiaba.com.br Editorial

Terça feira, 06 de agosto de 2013

Edição nº 14667 06/08/2013

A saúde do PP

A entrevista do deputado federal Pedro Henry a este Diário no último domingo foi bastante esclarecedora a respeito de no que foi transformada a Secretaria Estadual de Saúde ao ser deixada aos cuidados do PP.

A entrevista mostra que a Pasta – tão vital para a população mato-grossense – foi loteada para um partido que, a traçar políticas públicas para um setor tão vital, prefere se engalfinhar em uma guerra fratricida de egos e interesses inconfessáveis.

“Das duas, uma: ou a pessoa é desinteressada, não sabe nada, ou é mal-intencionada, mau-caráter. Quer induzir a opinião pública a algum objetivo não-declarado”. Assim, com essas palavras, o deputado federal classificou seu colega de partido, o atual secretário estadual Mauri Rodrigues. A acusação foi feita em resposta a uma pergunta sobre as declarações de Mauri, segundo o qual o governo não tem controle sobre os gastos com as OSSs.

Em outro trecho, ele faz uma insinuação de que pode estar havendo desvio dos recursos que o governo federal está enviando para o funcionamento de um hospital em Sinop.

“Estão recebendo o dinheiro e gastando em outro lugar. Se eu sou de Sinop e tenho que defender os interesses da cidade, mato o f.d.p. que fizer isso”, disse Henry. “Estão enrolando, embolsando o dinheiro todo mês, sem devolver à sociedade o serviço. É uma desumanidade com a região que tem uma das maiores carências em serviço médico. Recebe o dinheiro e, no entanto, não funciona”, disse o entrevistado.

O que se vê nestes dois trechos da entrevista é que se instalou dentro do partido uma guerra. Uma das acusações de Henry é bastante grave. Se verdadeira, é caso de polícia. Se não, vejamos: Henry diz que Mauri não está aplicando onde deveria cerca de R\$ 3 milhões mensais. E sugere estar havendo desvio para outras áreas.

A julgar pelo silêncio do secretário Mauri Rodrigues, que não se pronunciou a respeito da acusação nem no domingo, nem nesta segunda-feira, deve-se tomar por verdade o que disse Pedro Henry.

Da triste passagem do PP pela Secretaria de Saúde, que ao menos fique uma lição ao governador Silval Barbosa (PMDB): a de que com Saúde não se brinca.

O PP prefere se engalfinhar em uma guerra fratricida de egos e interesses inconfessáveis

Fonte: www.midianews.com.br

COTIDIANO / SAÚDE PÚBLICA

03.08.2013 | 16h39 - Atualizado em 04.08.2013 | 10h37

Tamanho do texto A- A+

Servidores do MT Laboratório denunciam sucateamento

Sem reforma, prédio tem infraestrutura precária e compromete o trabalho dos servidores

Sisma-MT

Clique para ampliar 



Servidores do MT Laboratório reclamam de sucateamento do órgão

**LISLAINE DOS ANJOS
DA REDAÇÃO**

A exemplo do que já foi denunciado por outros setores da Saúde Pública, os servidores do MT Laboratório também reclamam das péssimas condições de trabalho e da falta de infraestrutura do prédio onde funciona o órgão, próximo à Avenida Tenente Coronel Duarte (Prainha).

De acordo com a presidente do Sindicato dos Servidores Públicos da Saúde e do Meio Ambiente (Sisma-MT), Alzita Ormond, são vários os problemas enfrentados pelos servidores, que vão desde paredes emboloradas por

infiltrações, fiação exposta e lâmpadas queimadas.

Os funcionários reclamam de falta de insumos básicos para dar continuidade aos serviços oferecidos no laboratório, como o caso do setor de recebimento de amostras, onde não há cabine de fluxo laminar, item essencial para evitar contaminações.

Além disso, a janela da sala de recepção das amostras é totalmente de vidro, não fecha e não tem grades, expondo os servidores, que trabalham até às 19h, a riscos de assaltos.

Os servidores passaram a fazer “cotas” para pagar por materiais de extrema necessidade, como uma pia com torneira na cozinha – material que já foi comprado e instalado pelos funcionários. Agora, o problema é outro: a falta de água.

Sisma-MT



Infraestrutura do órgão é precária, dizem servidores

“É desumano e inconcebível que uma unidade de saúde que tem um risco biológico tão grande não disponha de água para que os trabalhadores possam lavar as mãos”, reclamou uma servidora, que preferiu não ser identificada.

Obra inacabada

Os problemas no órgão teriam se agravado em setembro do ano passado, quando teve início uma reforma no banheiro masculino do MT Laboratório. A obra, que deveria ter sido concluída em dois meses, segundo o Governo do Estado, já está inacabada há quase um ano.

Com isso, outros problemas apareceram: salas com equipamentos que custam quase R\$ 1 milhão começaram a ter vazamentos, provenientes do banheiro, que fica no andar de cima. Além disso, os servidores têm que conviver todos os dias com o forte cheiro de mofo, que colocam sua saúde em risco.

Desde que a reforma teve início, o banheiro feminino é usado por homens e mulheres, o que tem causado desconforto às servidoras do órgão.

Em visita do Sisma ao órgão, no início dessa semana, foi verificado que há um buraco na parede do banheiro em reforma que dá direito a um dos sanitários utilizados pelos servidores – que os servidores, muitas vezes, precisam dar descarga com o auxílio de um balde para recolher água.

Sem diálogo

A presidente do Sisma reclamou de falta de diálogo com a SES, principalmente com o secretário Mauri Rodrigues de Lima.

Sisma-MT



Sem energia, com infiltrações e janelas sem proteção, salas estão sem condições de uso

Desde que assumiu a gestão, segundo Ormond, o gestor não aceitou se sentar com o sindicato para deliberar sobre os problemas, o que faz com que a demanda dos servidores seja apresentada apenas durante o Conselho Estadual de Saúde.

“Quando uma pessoa aceita um cargo, ela já sabe o que a espera.

Como o secretário quer gerir uma secretaria sem dar a mínima aos problemas dos servidores? Aqueles que são a base da sua pasta, que trabalham

diretamente com os usuários, que formam a secretaria?”, questionou Ormond.

A falta de respostas também é apontada pela diretora técnica do MT Laboratório, Tânia Maria Estrela Fernandes Caldera.

Ela afirmou que a gestão da unidade tem feito o possível e impossível para melhorar as condições locais, inclusive com o envio de vários ofícios à Secretaria de Estado de Saúde (SES) solicitando reparos.

A pasta, então, teria alegado que abriria um pregão (processo licitatório) para selecionar a empresa que poderia resolver os problemas estruturais do prédio do MT Laboratório, mas que o processo todo demoraria cerca de 30 dias.

O prazo se encerra no final de agosto e, caso nada seja feito, os servidores afirmaram que não descartam a possibilidade de paralisação. Eles também devem elaborar um documento relatando a situação do local, que será protocolado na secretaria.

Gestão inoperante

A presidente do Sisma defendeu que a falta de dinheiro para a Saúde Pública de Mato Grosso se contrapõe aos milhões gastos pelo Estado com a contratação das Organizações Sociais de Saúde (OSSs).

“Nós sabemos que a falta de recursos nas unidades de Saúde tem relação direta com o dinheiro investido nas OSSs”

“Nós sabemos que a falta de recursos nas unidades de Saúde tem relação direta com o dinheiro investido nas OSSs, que recebem até R\$ 3 milhões por mês cada uma”, disse.

De acordo com Ormond, os recursos para reforma e ampliação das unidades de saúde – como é o caso do sucateamento já registrado nas sedes do MT Hemocentro e do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) – são oriundos da Fonte 122, do Ministério da Saúde, “que não estão sendo utilizados por inoperância da gestão”.

Clique **AQUI** e confira as fotos da situação atual do MT Laboratório, registradas pelo Sisma.

Outro lado

Por meio de sua assessoria, a Secretaria de Estado de Saúde afirmou ao **MidiaNews** que já está com um processo licitatório em andamento para contratação de empreiteiras para a execução de reformas de infraestrutura necessárias no MT Laboratório, MT Hemocentro do Centro Estadual de Referência de Média e Alta Complexidade (Cermac).

O processo, iniciado na semana passada, tem prazo de 30 dias para ser concluído.

Quanto à falta de insumos, pregões já estariam sendo realizados para suprir a demanda do órgão.

A pasta alegou também que não procede a reclamação de que não há diálogo aberto entre o secretário e os sindicatos e que a pasta sempre esteve aberta aos servidores.

Fonte: www.midianews.com.br

FOGO AMIGO

04.08.2013 | 12h00 - Atualizado em 04.08.2013 | 09h51

Tamanho do texto A- A+

Caos na Saúde

Para Taques, OSS é uma "picaretagem"

DA REDAÇÃO

O senador **Pedro Taques** (PDT) tem uma opinião formada sobre as Organizações Sociais de Saúde (OSSs): é uma **"picaretagem"**. O líder pedetista, que participou de um seminário neste fim de semana, em Cuiabá, criticou duramente o modelo de gestão da Saúde Pública em Mato Grosso, gerido por essas entidades. Taques defendeu a **"reestatização"** dos serviços no Estado, priorizando os investimentos na **atenção básica**.

A implantação das OSSs voltou a ser alvo de críticas após o secretário de Saúde, **Mauri Rodrigues** (PP), afirmar que não tem controle dos gastos do Governo com o polêmico sistema. Além disso, o desperdício de centenas de **remédios** na farmácia de alto custo, que é administrada por uma destas instituições, contribuiu para a polêmica. O sistema foi implantado graças à insistência do (ainda) deputado federal **Pedro Henry** (PP), atolado na lama do **Escândalo do Mensalão**.

Fonte: www.midianews.com.br

POLÍTICA / MUDANÇAS NA SAÚDE

04.08.2013 | 15h29 - Atualizado em 04.08.2013 | 15h34

Tamanho do texto A- A+

Mauri transfere atribuição de ordenar despesa para adjunto

Secretário admitiu não ter controle sobre pagamentos a OSS

Mary Juruna

O secretário Mauri Rodrigues publicou portaria esta semana

**KAMILA ARRUDA
DO DIÁRIO DE CUIABÁ**

Uma semana após declarar não ter controle sobre os gastos com as organizações sociais de saúde (OSS), o secretário estadual de Saúde, Mauri Rodrigues (PP), transferiu as atribuições de ordenação de despesas para seu adjunto, Marcos Rogério Lima Pinto e Silva.

A mudança foi publicada por meio de portaria no Diário Oficial que circulou nesta sexta-feira (2), com efeitos retroativos a partir de 19 de junho. A medida é válida até 31 de dezembro.

Por meio da assessoria, a secretaria afirma se tratar de um procedimento natural utilizado também por outros gestores do primeiro escalão. A medida visaria “organizar e otimizar os serviços” e já teria sido aplicada pela grande maioria dos gestores que passaram pela Pasta.

O curioso é que a portaria foi publicada pouco depois de Mauri mostrar total desconhecimento dos gastos da secretaria no que se refere ao pagamento das OSS.

“Temos um controle do que se paga, mas não temos, contabilmente, separado por unidade. Nós estamos na procura deste custo para dar essa resposta, até porque o governador, a sociedade e todos nós queremos saber”, afirmou o secretário em entrevista coletiva na última semana.

O governador Silval Barbosa (PMDB) afirmou ter “estranhado” as declarações do secretário. Conforme o peemedebista, todos os dados referentes ao tema foram apresentados detalhadamente ao progressista assim que ele assumiu a Pasta.

Para o chefe do Executivo, não há qualquer dificuldade em entender o funcionamento sistema. “A OSS é uma prestação de serviço. Não vejo segredo. É estranho ele falar isso, coloquei tudo à disposição do Mauri”, comentou.

A declaração de Mauri teria deixado Silval irritado a ponto de, segundo comentários de bastidores, ser estudada a substituição do progressista.

O governador, no entanto, ao menos por enquanto, resiste em tocar neste assunto. Limitou-se a garantir que colocou o gestor em contato com auditores que acompanham o desempenho das instituições.

Esta, contudo, não é a primeira vez que o progressista perde espaço dentro da Pasta. Em maio, Silval publicou no Diário Oficial uma portaria que transferia poderes do titular aos assessores especiais Rony de Abreu Munhoz e Ednilson de Lima Oliveira.

Conforme a publicação, eles ficaram responsáveis por “encaminhar, solicitar, orientar, sanear, despachar, direcionar, esclarecer, atender ou distribuir fato/ato inerente ao procedimento administrativo que menciona”.

Na época, a Pasta alegou que o objetivo era agilizar os procedimentos administrativos que requeiram participação do gabinete do secretário estadual de Saúde.

A normatização estabeleceu ainda que as funções dos assessores sejam restritas e não englobem atos que não tenham a finalidade de revisar, conceder, constituir, decidir ou restringir direitos.

Fonte: www.olhardireto.com.br Notícias / **Política MT**

03/08/2013 - 09:20

Mauro cobra de Ministério regras para contratação via Empresa Pública de Saúde

De Brasília – Vinícius Tavares

Foto: Olhar Direto

Prefeitura busca mais recursos federais para melhorar estrutura de postos de saúde e hospitais

O prefeito de Cuiabá Mauro Mendes (PSB) aproveitou sua passagem por Brasília nesta semana para cobrar do Ministério da Saúde a entrega do regulamento com as regras a serem adotados pelo município para a contratação de servidores do futuro hospital de pronto socorro.

O modelo proposto pelo governo federal para a liberação de mais verbas é o que obriga as prefeituras a criarem uma Empresa Pública de Saúde (EPS), de direito privado, na qual o município contrataria os médicos e demais profissionais pelo regime da CLT, por meio da Carteira de Trabalho, acabando com a estabilidade no setor.

Ministério condiciona construção de novo pronto socorro a contratações

“Esta é proposta que o Ministério recomenda e sugere aos municípios. Nós queremos adotar isso Até agora não recebemos do ministério o regulamento da proposta para contratação via empresa pública de direito provado para ampliação, quem sabe, no pronto socorro de Cuiabá”, disse ao Olhar Direto nesta quarta-feira, em Brasília.

Em fevereiro, o ministro Alexandre Padilha manifestou o apoio à reivindicação do prefeito de construir um novo hospital de pronto socorro na capital com capacidade inicial de, pelo menos, 120 leitos. Mas condicionou o repasse dos recursos a uma mudança na gestão da saúde do município.

Ministério da Saúde autoriza construção do novo pronto-socorro

Novo

convênio

A cobrança foi feita ao secretário de Atenção à Saúde do Ministério, Helvécio Magalhães, com quem mauro reuniu-se. O prefeito defendeu a ampliação de recursos para Cuiabá.

"Queremos formalizar um convênio para que a gente possa reestabelecer e ampliar atendimento das unidades de saúde de Cuiabá", informou.

Fonte: www.olhardireto.com.br

Notícias / **Política MT**

[Enviar para amigo](#) [Imprimir](#) [A A A](#)

05/08/2013 - 15:25

Assembleia diz que governo Silval usa 'gestão de saúde' da época de Dante e não aceita culpar OSS por caos

Da Reportagem Local - Ronaldo Pacheco

Foto: Ednilson Aguiar/Secom-MT

Guilherme Maluf não admite que governo jogue sobre os ombros da OSS a responsabilidade pelo caos, na saúde

O vice-presidente da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa, deputado estadual Guilherme Maulf (PSDB), não aceita a estratégia do governo Silval Barbosa de responsabilizar as Organizações Sociais de Saúde (OSS) pela situação caótica enfrentada pelo setor.

Com cortes anunciados há quase 3 meses, Câmara de Cuiabá não se 'livra' de comissionados por pressão interna
Taques critica governo Silval em palestra e afirma que MT não recebe indústrias porque pensa "na próxima eleição e não nas futuras gerações"

"Creio que deve-se discutir o formato de atendimento como um todo. E é lamentável que o governo Silval Barbosa utilize, quase 20 anos depois, a mesma política do governo Dante de Oliveira, baseado em hospitais regionais e policlínicas na atenção básica", afirma Maluf, antecipando o seu primeiro pronunciamento a ser feito na reabertura dos trabalhos legislativos, no segundo semestre de 2013.

Maluf afirma que a Comissão de Saúde da Assembleia não aceita a estratégia da administração Silval em culpar as OSS pelas falhas graves nos hospitais regionais nem na Farmácia de Alto Custo. Ele entende que o Instituto Pernambucano de Assistência à Saúde (Ipas) cumpre ordens da Secretaria de Estado de Saúde.

"A população cresceu. E a gestão [servidores, médicos e paramédicos] também explodiu em número e custo. Mas continuamos praticando o formato implementado pelo governo Dante na década de 1990 e, o que é pior, sequer foram discutidas novas alternativas", pontua ele.

Atuando na medicina há quase três décadas, Maluf observa que o problema o problema maior está na 'célula principal' do funcionamento da saúde: a necessidade de fixar os médicos nos municípios. "E, lógico, lhes dar condições de trabalho. Não adianta fixar o médico numa cidade distante dos grandes centros sem que a prefeitura tenha sequer um raio X ou um laboratório de análises clínicas", observa o deputado tucano.

"O que estão fazendo, tentando culpar as OSS, é uma maldade. Temos hospitais regionais, como Sorriso e Cáceres, em que há 90% de satisfação, enquanto outras, como Colíder e Alta Floresta, fica abaixo de 50%. Devemos manter onde está dando certo e reformular onde deu errado", ensina Maluf.

Maluf não acredita que retirar as OSS, para retorno da tabela do Sistema Único de Saúde (SUS), seja solução. "Eu não vi a tabela do SUS funcionar em lugar nenhum", compara ele. Maluf diz que a Comissão de Saúde da Assembleia está analisando desde o funcionamento do Programa Saúde da Família (PSF), nos municípios, até o atendimento de Alta Complexidade. "Qual a política de saúde que desejamos para Mato Grosso? Isso não foi discutido pelo atual governo", critica Guilherme Maluf, deixando a ambigüidade para uma impressionante guinada rumo à oposição.

Sobre a Farmácia de Alto Custo, Maluf admite que pode ter havido omissão dos gestores. Todavia, o

deputado do PSDB adverte que o Ipas não tinha responsabilidade sobre a compra de medicamentos, mas, sim, sobre a distribuição pela Central Estadual de Abastecimento de Insumos de Saúde (Ceais). A aquisição e entrega era responsabilidade da SES.

Outro

lado

A Secretaria de Estado de Saúde informa, via assessoria, que somente o secretário Pedro Nadaf, chefe da Casa Civil, tem autorização para responder aos deputados, principalmente quando se trata do CEAIS – Farmácia de Alto Custo. Nadaf estava em reunião com o núcleo sistêmico do governo Silval e não atendeu nem retornou às ligações da reportagem do **Olhar Direto**.

Fonte: www.sonoticias.com.br

POLÍTICA

04 de Agosto de 2013 - 21:35

Henry diz que Mauri usa verba do hospital de Sinop para outro gastos

Fonte: *Só Notícias* (foto: *Só Notícias/Cleverton Neves/arquivo*)



O deputado federal Pedro Henry fez duras críticas ao atual secretári estadual de Saúde, Mauri Rodrigues de Lima. E também o acusou de usar verba destinada para ampliar o funcionamento do Hospital Regional de Saúde para bancar despesas em outros setores da saúde pública. Henry, que foi secretário por cerca de 1 ano, é o principal líder do PP e considera que a saída do PP da base do governo está ligada também a postura de Mauri que não deu ouvidos ao partido.

"O Mauri era secretário de Saúde de Sinop. Nós abrimos o hospital de lá, o pronto-socorro, juntos. Ele estava há 10 anos, como o Metropolitano, construído e parado. O Ministério da Saúde assinou um repasse. Se não me falha a memória, já estão há vários meses mandando R\$ 3 milhões por mês para colocar o hospital para funcionar. E, até agora, só fizeram o pronto-socorro. Estão recebendo o dinheiro e gastando em outro lugar. Se eu sou de Sinop e tenho que defender os interesses da cidade, mato o f.d.p. que fizer isso. O primeiro momento era fazer o pronto-socorro e em seguida colocar todos os leitos em funcionamento. Estão enrolando, embolsando o dinheiro todo mês, sem devolver à sociedade o serviço. É uma desumanidade com a região que tem uma das maiores carências em serviço médico. Recebe o dinheiro e, no entanto, não funciona", disparou Henry, em entrevista ao Diário de Cuiabá.

O deputado disse ainda que a saída do PP do governo Silval está ligada a permanência de Mauri na secretaria. "Acho que a questão do Mauri é uma inabilidade muito grande que só veio à tona depois disso. É uma pessoa que não conversa com ninguém, que não se articula. Sabia que tinha um modelo implantado e chega lá e muda. Perdeu o apoio dos deputados", afirmou.

"Nós ajudamos o Silval a ganhar a eleição. Mas, depois que eu saí da Secretaria, o PP não tem mais participação no governo. Ninguém constrói um governo para ficar assistindo ao outro governar. E me parece que o governador não quer que o PP participe. Não foi o PP quem adotou uma postura de independência. Foi o governador que disse que estávamos independentes", emendou.

Ainda na entrevista ao Diário, Henry respondeu se concorda com declarações de Mauri que haveria descontrole de gastos do Estado na Saúde devido a má gestão das OSS. "A secretaria de Saúde, todo início do mês, recebe relatórios de tudo o que aconteceu no mês anterior. Perguntei esta semana ao administrador de um hospital. Ele disse: "eu tiro um extrato bancário, faço a conciliação com todos os

cheques emitidos e encaminhado à secretaria". Isso é feito todo mês. Não fala que não tem controle. Eu não aceito. Acho uma perversidade sem tamanho. Das duas, uma: ou a pessoa é desinteressada, não sabe nada, ou é mal-intencionada, mau-caráter. Quer induzir a opinião pública a algum objetivo não-declarado. Não tem explicação, seria um absurdo. Faz oito meses que ele está aí. Está pagando todo esse tempo sem ter noção de nada? Que irresponsabilidade. Isso é uma declaração de idiotice, não tem outro termo para chamar", disparou Pedro Henry.

Henry também defendeu que as Organizações Sociais de Saúde continuem gerindo hospitais públicos no Estado. As OSS passaram a administrar hospitais há alguns anos, quando ele estava na secretaria. "Existe um conceito ideológico, principalmente por parte dos trabalhadores. Eles entendem isso como um modelo de privatização e não querem a privatização da Saúde. É o discurso que usam. Eu não vejo dessa forma. Enxergo o lado do Estado. Se o Estado pode comprar mais barato, por que fazer de forma mais cara? A responsabilidade social e fiscal te obriga a fazer um serviço melhor e mais barato", aponta.

O que as pessoas têm que entender é o conceito. O Hospital Geral, contratado do SUS, não recebe o suficiente para custear os serviços prestados. A remuneração do SUS não remunera nada. A Santa Casa está em situação difícil por isso. O Santa Helena, a rede credenciada num geral, vive as penúrias. Então, não podemos usar isso como parâmetro. A maioria dos hospitais credenciados no Brasil vive de esmola. O contrato de gestão com a OSS parte de outro pressuposto: o de que eu tenho que dar condições para cobrir o custo do serviço. Não dá para conversar em tabela do SUS. Tem que ser mais. Mas quando o Estado faz a gestão pode ser sete ou oito vezes a tabela do SUS, quando é por um parceiro não pode custar 2,5 vezes? Eu estou economizando. O contrato com a OSS não é irresponsável. Ele aponta o custo do serviço e coloca um preço que é fiscalizado.

FONTE: WWW.SONOTICIAS.COM.BR

POLÍTICA

06 de Agosto de 2013 - 15:34

Bioquímico assume comando da Secretaria de Saúde de Alta Floresta

Fonte: Redação Só Notícias

O bioquímico Manoel João Marques Rodrigues assumiu, ontem, o comando da Secretaria de Saúde de Alta Floresta. Manoel é o terceiro nome que passa pela pasta, desde que a nova administração assumiu, em janeiro deste ano. Ele ocupa a vaga deixada pelo biólogo José Luiz Teixeira.

No início do mandato do prefeito Asiel Bezerra (PMDB), Daniela Titon comandou a pasta por mais de cinco meses e saiu do posto em junho, quando Teixeira assumiu. Ela deixou o cargo para assumir cargo efetivo na área de educação, onde é concursada.

Manoel foi secretário de Saúde de Alta Floresta durante a gestão do ex-prefeito Romoaldo Júnior. "O Manoel João já ocupou o cargo no passado e realizou um bom trabalho. Baseado nessa experiência estamos confiantes que ele exercerá um bom trabalho", avaliou o prefeito.

Fonte: www.rdnews.com.br

[TODAS AS NOTÍCIAS](#) | [MAIS COMENTADAS](#)

[CÁCERES](#) | 06/08/2013 - 15:24

Por unanimidade, Câmara abre CPI da Saúde; Francis sob investigação

Jacques Gosch



Vereadores Café no Bule, Tarcísio Paulino, Félix Alvares, Salmo César, Sebastião Pinheiro e Valdeníria Dutra Ferreira.

A Câmara Municipal de Cáceres aprovou, por unanimidade a abertura da chamada CPI da Saúde.

A decisão foi tomada após o ex-secretário Luiz Landin, que pediu exoneração na semana passada, conceder entrevista denunciando irregularidades no

setor. O requerimento foi assinado pelos vereadores Café no Bule (sem partido), Tarcísio Paulino (PSB), Félix Alvares (PSB), Salmo César (PRTB), Sebastião Pinheiro (PRTB) e Valdeníria

Dutra Ferreira (PSD).

Com a abertura da CPI, a crise política enfrentada pelo prefeito Francis Maris se aprofunda. Em pouco mais de sete meses de gestão, o peemedebista já enfrentou diversas exonerações no secretariado municipal e greve dos servidores públicos.

Segundo os vereadores, a saúde em Cáceres vive uma crise sem precedentes e a rede pública está um caos. Os parlamentares afirmam que faltam médicos nos PSF's, Ambulatório da Criança, Postão e no PAM – Pronto Atendimento Médico. Além disso, também falta de profissionais também, há a falta de medicamentos e condições de trabalho. “A CPI vai possibilitar que seja feita uma operação pente fino na pasta para que os responsáveis sejam punidos por conta do caos que vive o setor” argumenta Tarcísio Paulino.

Já o vereador Café no Bule defendeu a criação da CPI como a única alternativa de afastar o prefeito. “Caso seja necessário, por conta da total falta de gestão da atual administração, pediremos o afastamento no sentido de encontrar alternativas para resolver os problemas que a cada dia que passa se tornam mais graves”, declarou.

A CPI, de acordo com as normas regimentais, terá 30 dias com prorrogação de mais 30 para apresentar um relatório final. A documentação será submetida ao plenário após a conclusão do inquérito.

Outro lado

De Brasília, onde participou de reunião com o ministro da Saúde Alexandre Padilha, Francis disse que está à disposição do Legislativo para prestar todas as informações necessárias à CPI. Além disso, lembra que assumiu a prefeitura com dívidas milionárias e com duas folhas de pagamento atrasadas. ‘Os problemas da saúde são de conhecimento público e foram herdados das outras gestões. Estou tentando melhorar o atendimento’, garantiu